

# REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Eduardo do Nascimento



16ª SEMANA  
NACIONAL DE  
CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA  
Bioeconomia, Diversidade e Riqueza para o  
Desenvolvimento Sustentável

  
INSTITUTO  
FEDERAL  
Santa Catarina  
Câmpus  
Caçador

  
Atena  
Editora  
Ano 2020

  
PÁTRIA AMADA  
BRASIL  
GOVERNO FEDERAL

 CNPq

# REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Eduardo do Nascimento



16ª SEMANA  
NACIONAL DE  
CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA  
Bioeconomia, Diversidade e Riqueza para o  
Desenvolvimento Sustentável

  
**INSTITUTO  
FEDERAL**  
Santa Catarina  
Câmpus  
Caçador

  
**Atena**  
Editora  
Ano 2020

  
**PÁTRIA AMADA  
BRASIL**  
GOVERNO FEDERAL

  
**CNPq**

**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecário**

Maurício Amormino Júnior

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da Capa**

Shutterstock

**Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

**Conselho Editorial****Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

#### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

#### **Linguística, Letras e Artes**

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

#### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Eivaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza

Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

## Rede Contestado de educação, ciência e tecnologia

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecário:** Maurício Amormino Júnior  
**Diagramação:** Karine de Lima Wisniewski  
**Edição de Arte:** Luiza Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizador:** Eduardo do Nascimento

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

R314 Rede Contestado de educação, ciência e tecnologia [recurso eletrônico] / Organizador Eduardo do Nascimento. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF  
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader  
Modo de acesso: World Wide Web  
Inclui bibliografia  
ISBN 978-65-5706-244-9  
DOI 10.22533/at.ed.449200308

1. Rede de Educação, Ciência e Tecnologia do Contestado.  
2. Educação. 3. Ciência. 4. Tecnologia. I. Nascimento, Eduardo do.  
CDD 370.981

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

### CONTESTADO TEMPO PASSADO, PRESENTE E FUTURO

Com os avanços da informatização e das redes de recursos externos, os territórios estão cada vez mais conectados. Com uma necessidade cada vez mais evidente de trabalho em rede e em conjunto, os pesquisadores e demais profissionais direcionam seus estudos e trabalhos para uma perspectiva cada vez mais unida e com fortes contribuições ao meio onde estão inseridos.

Nem sempre houve interesse em conectar as vivências do interior, a comunicação e seus processos tradicionais que se revelam essenciais à vida humana. De uns tempos para cá o interior ganhou voz e hoje se tecem diálogos, que nos parecem cada vez mais necessários, por intensificarem o acesso a práticas capazes de alterar as reduções das desigualdades em espaços antes nunca visitados sejam pelas iniciativas privadas ou públicas. No arcabouço geral da teoria da tríplice-hélice, um movimento que engrena governo, universidade e empresa, há um desenho essencial para compreensão desta formação de capital, especialmente social, no bojo de uma estrutura necessitada de acesso, considerando a sociedade como base do modelo.

Mais que o capital meramente gerado em torno de uma exploração de mão de obra, é preciso colocar no cerne da questão a sociedade. Esta, sendo uma das beneficiárias das práticas de interiorização. Há de se dizer, e parece não ser exagerada essa visão, que a interiorização da rede federal de educação, ciência e tecnologia, para educação profissional e tecnológica, corrobora com essa interpretação.

Iniciada nos idos dos anos 2007, a interiorização torna-se uma pauta desenvolvimentista pelo governo Lula, sendo dali em diante um estopim de processos expansionistas e de interiorização seja pelo ensino superior com o REUNI (programa de reestruturação universitária, ou pelos programas de expansão da rede federal). Antes o acesso às universidades e institutos federais, antes conhecidos como CEFETs, se dava apenas em grandes centros e especialmente os inseridos nas regiões litorâneas, temos que nesse instante, novos rumos são levados a instalar campus em regiões com potencial de desenvolvimento e com alto índice de desigualdades.

Diante dessa celeuma, nota-se que a região do contestado se enquadra nesse quesito, especialmente quando observados alguns números pertinentes. Estes números expressados pelos indicadores adotados pelo governo do estado em seu programa de redução de desigualdades em 2016, ajuda a entender essa preocupação com o desenvolvimento local da região contestada.

Nesta seara, ainda mais intensa e preocupante, são os indicadores de violência, baixa escolaridade e acessibilidade em Caçador e demais municípios pertencentes a região central do contestado. Nisto vê-se que o processo de exclusão e silenciamento iniciado ainda quando da guerra, não se encerrou. O capital regional se concentra em poucas mãos, os salários são baixos e a exploração da mão de obra continua a todo o vapor. Tudo

isso ainda com cara de meritocracia, quando os serviços básicos de assistência e saúde sequer são prestados em essência para a comunidade local.

Diante desta pobreza, inclusive cultural, remontam às necessidades de entender as desigualdades no contexto do Contestado. Essa lacuna mais que exacerbada diante destes documentos e estudos, revelam ainda que a falta de acesso não só na educação, reflete também na cultura e seus processos formativos de sociedade. Historicamente, os cinemas da cidade viraram lojas de departamento. Não há um teatro local adequado e público formado para consumir estes produtos. Os espaços para artistas e demais entusiastas são quase nulos. Um processo de resistência com o tempo e com a cidade se desenha quando deste acesso: inexistente, porém não nulo, pois as paredes e muros da cidade reverberam este pensar.

Essa observação corrobora com o contexto das propostas que se ensaiam e se concretizam desde 2018 o Contestado. Com a instalação de campi tanto do IFSC quanto do IFC, além de um da UFSC em Curitiba, revelam da importância do contestado para práticas de educação, e seus efeitos de extensão e pesquisa. No entanto, essas instituições até então não conversavam, nem se conheciam de forma efetiva. Assim, atividades em rede praticamente eram inexistentes.

Com os cortes que atingem a educação de forma sistemática este processo de fala e comunicação, também se encontrava defasada e até mesmo desanimada em razão das dificuldades orçamentárias em torno da questão. Em 2018, um grupo de entusiastas capitaneados pelos servidores Letissia Crestani, museóloga do museu do contestado, do professor Júlio Corrente, da área de história e então coordenador do museu e da Cristiane Dobner, assessora da secretaria de desenvolvimento econômico de Caçador, tomaram por decisão propor às agências de fomento um plano de eventos.

Esses servidores públicos, somados a este autor, submeteram ao CNPq um pedido de recursos públicos para eventos de popularização da ciência no edital da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia – SNCT, em 2018. Naquela oportunidade o texto desenvolvido, trabalhou a perspectiva da redução das desigualdades com uma grande contextualização de um temário emergente regional. Diante daquela oportunidade se desenhou os eventos de 2018, 2019 e 2020, consolidando uma rede de parceiros que agora conversa e dialoga em prol do desenvolvimento científico e tecnológico regional, sendo mais uma frente de discussões e debates que as instituições de ensino puxam na região.

Já em 2019, o grupo toma corpo com pesquisadores de renome e de caminhada científica para contribuir com essa popularização da ciência no contestado. Eduardo do Nascimento, doutor em engenharia de materiais, assume o comando conectando ao saber da academia, já excelentemente construído por Letissia Crestani, e as necessidades populares com as ideias de uma rede de desenvolvimento sustentável, e com construções de espaços multifacetados que integram o saber acadêmico e as emergências sociais enxergadas no contestado.

Em 2020, a ideia de um congresso do contestado, um segundo congresso aliás, se alinha às realidades dos IFs do interior. Sem tantos eventos e reuniões de popularização

do saber, constrói-se uma segunda edição do evento. O primeiro realizado em junho de 2019, concentrou um viés histórico e geográfico onde se concentram muitos estudos do contestado, mas abriu para discutir o hoje, o que fazemos aqui o que construímos no território. Um congresso com ar de produção local, e com o ouvir e o dizer dos caboclos e entusiastas ainda remanescentes de um contestado ávido por oportunidades.

Quando construída a agenda da proposta em 2018, a ideia nasceu de um sentimento de abandono da administração municipal que até então manifestava e organizava as iniciativas em relação a semana do contestado em Caçador. Nesta oportunidade, houve um desinteresse pelas autoridades públicas para realizarem os eventos. Nisso a comunidade, manifestada por líderes de movimentos e encampando a bandeira cabocla, solicitou os recursos ao CNPq para transformar em ciência o saber e o conhecimento popular, vez que os estudos e pesquisas em torno do contestado são imensos.

Neste ambiente, a semana do contestado toma um formato popular, encabeçado pela Prefeitura de Caçador, Museu do Contestado e o Instituto Federal de Santa Catarina, campus Caçador. A municipalidade manifestada pela Câmara Municipal de Caçador, da qual tinha um papel de também auxiliar a chamar a Semana do Contestado, edita alteração legislativa da qual sai das responsáveis pela organização do evento.

Dessa forma o evento passa a ser um compromisso apenas da Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo, da qual disponibilizou a estrutura de servidores e espaços para a realização dos eventos em rede. Eram os primeiros sinais de uma construção coletiva popular para as atividades, mas também pela própria propositura de uma agenda de continuidade em torno de uma proposta de que os eventos em torno do contestado não deveriam por concentrar apenas na semana do contestado, um sentimento anterior também exarado em outras oportunidades, mas por todo o tempo como identidade local.

Com isso nasce a propositura da ação em que se congrega a temática: Semana do Contestado: Um Olhar Científico na História de um Povo. O município de Caçador, bem como os municípios de Irani, Lebon Régis, Calmon, Matos Costa, Curitiba, Campos Novos, Rio das Antas, Videira, Fraiburgo, Santa Cecília e Timbó Grande, são localizados no meio oeste catarinense e fazem parte da região do Contestado, região que historicamente foi palco de um conflito que quase dizimou a população e concentrou a riqueza na mão de poucos, por isso é uma das cidades mais pobres do estado. Donald Schuler, na obra Império Caboclo, destaca a importância do Contestado, em seu texto vê-se, mesmo que literário, revela a amplitude do conflito, como sendo mais importante do que a semana de arte moderna, dez anos mais tarde.

Aliado a esses fatores históricos, os investimentos públicos também privilegiavam as regiões litorâneas e demoraram muito na sua interiorização, deixando a região com décadas de atraso. A ciência, a chegada de tecnologias, arte e cultura, por exemplo, foram as mais sacrificadas nesse processo. Nesta celeuma, percebe-se que grande parte da população de Caçador é de famílias carentes que tem como principal fonte de renda o trabalho assalariado nas indústrias da cidade. Isso ainda não mudou, porém alguns aspectos culturais, especialmente pelas autoridades públicas se revelam.

Ainda em 2018, destacamos enquanto equipe proponente, que a grande maioria da população não só de Caçador, mas de todo o corredor do Contestado, não possui acesso à cultura, noções de ciência e tecnologia. A maioria nunca sequer assistiu uma peça teatral, ou visitou algum museu, ou ainda têm noção das tecnologias regionais, da ciência popular, de que é possível fomentar hortas comunitárias nas escolas, ou tantas outras possibilidades científicas simples para melhorar o dia-a-dia do cidadão, especialmente os mais carentes. Desta maneira, dar visão a estrutura social e com isso realizar a “Semana do Contestado: um olhar científico para a história de um povo”, é uma forma de democratizar o acesso à arte, a cultura, a ciência, a tecnologia levando entretenimento, informação e conhecimento para a comunidade.

Por isso, projetos permanentes que visem empoderar as pessoas da região mais pobre de Santa Catarina fazem-se necessários para que a comunidade possa se desenvolver nessas áreas. É evidente investir no protagonismo da comunidade em fomentar novos movimentos culturais, de pesquisa científica, de conhecimentos agroecológicos, de ciência para atividades populares, de noções de agronomia, de ervas medicinais, de modo democrático e aberta. Essas ações visam conceder a comunidade um poder em que se reconheçam como detentoras de saber, livrando-os de intempéries que as condições de risco, porventura, possam ocasionar, isto pela democratização do acesso à ciência e tecnologia, além é claro, da educação, cultura e arte.

Dessa forma, a proposta visou e contemplou a região do contestado com um evento de abrangência regional e até nacional pela amplitude que foi o conflito, pela memória do povo, pela propositura de uma agenda de reconhecimento e empoderamento regional de modo a oportunizar mais acesso e oportunidades aos jovens, estudantes e toda a comunidade regional, pela ciência e tecnologia.

Assim, na semana proposta, houve atividades como, fomento de banners sobre a história do contestado no museu da cidade, de modo a construir a primeira semana acadêmica do contestado em forma de seminário, que depois cresceu e virou um grandioso congresso, em que os acadêmicos compartilharam e debateram seus estudos sobre o tema, junto da comunidade. A arte possui um papel íntimo na proposta deste texto, vez que dialoga intimamente com a cultura e cientificidade do conhecimento popular como espaço na universidade, mas no caso em tela, do instituto federal e também dos espaços públicos de guarda da identidade e história local.

Desta monta, fomentar a produção de arte e cultura locais, de modo a contribuir no caráter científico regional, como o artesanato, as pessoas acabam encontrando mais que um “bico”, elas encontram uma prática que age na elevação da autoestima e da renda familiar. Com estas ações, além da perspectiva de atividades autônomas, o indivíduo pôde resgatar objetivos de vida profissional e pessoal, porque a partir da experiência que os participantes tiveram, houve um despertar e um aprimorar dos seus conhecimentos na área, a ampliar as suas atuais possibilidades. Mais que uma semana de conhecimento científico, foi um convite a revisitar a própria identidade do povo caboclo.

É importante ressaltar que a atividade buscou articular os conhecimentos e a

indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão nas áreas que foram demandadas pela comunidade do local e pelas possibilidades das instituições parceiras de atender a esses pedidos. As atividades tiveram forte caráter de extensão porque o evento foi realizado nas comunidades das regiões e cidades parceiras incluindo atividades em bairros chave, como o bairro Martello, o mais populoso do município de Caçador, cerca de 13 mil habitantes, segundo o Censo 2010, onde hoje se encontra em maioria o caboclo moderno.

Desta maneira, como a realização do evento, tivemos bastante êxito em estimular a divulgação científica das ciências humanas, sociais e sociais aplicadas, visto que a história e o direito, por exemplo, foram bastante exacerbados durante este evento, através de publicações e afins. Vale salientar que o conhecimento de um contestado atual perpassa para o conhecimento aqui gerado, vez que as instituições locais geram ciência e aprendizado e mesmo com uma globalização e mais conectividade entre as pessoas, ainda é dificultosa essa partilha com estudantes e pesquisadores no interior.

Desta monta, o evento fomentado em que de fato houve a produção de arte e cultura locais, de modo a contribuir no caráter científico regional, como o artesanato, as pessoas acabam encontrando mais que um “bico”, elas encontram uma prática que age na elevação da autoestima e da renda familiar. Nessas ações, insta mencionar o laboratório de costura do IFSC, fora do câmpus, com a ideia maior de popularizar o acesso a formação e a ciência em comunidades carentes de Caçador.

Com estas ações, além da perspectiva de atividades autônomas, o indivíduo pode resgatar objetivos de vida profissional e pessoal, porque a partir da experiência que os participantes terão, poderão desejar aprimorar os seus conhecimentos na área ampliar as suas atuais possibilidades. Programas como mulheres sim, e formações de extensão enquanto receptivo às demandas dos gargalos sociais existentes, são muito essenciais para a redução de desigualdades no corredor.

Desta maneira, com o benefício financeiro do projeto, foi possível estimular a geração de conteúdos e o compartilhamento de experiências de divulgação e popularização da ciência, como ferramentas de ensino formal e não formal (material impresso, brinquedos educativos, experimentos, jogos, vídeos, softwares, aplicativos), especialmente no primeiro congresso nacional do contestado, realizado em junho de 2019.

Ainda no âmbito das instituições de ensino e de outros organismos científico-culturais, tal como as hortas comunitárias em escolas modelos da região, a limpeza de uma determinada região carente da cidade pela comunidade, conhecido regionalmente como “puxirão”, celebrando a importância e celebração regional dos aspectos científicos e populares, viabilizando uma horta e jardim sensorial com base no conhecimento caboclo local visando uma popularização e interiorização da ciência, também foram realizados.

Em 2019 não é exagero dizer que houve um dos maiores eventos de popularização da ciência no corredor do Contestado: o Primeiro Congresso do Contestado. Este evento construído entre as paredes do IFSC e do IFC, transbordou e foi para as comunidades como acesso e popularização da ciência. Construído durante um ano, o congresso sai

do comum cientificamente dizendo, e vai para uma realidade de Instituto Federal, com apresentação do método e das práticas de pesquisa para alunos de ensino médio, estes como protagonistas do fazer ciência.

O papel do IFC através de seu Núcleo de Estudos do Contestado, é exemplar. A agenda proposta pelo grupo se pauta e muito nas necessidades locais. Quando falo das dificuldades de dialogar entre as instituições o IFC nos ensina que pela extensão é um caminho exemplar a seguir. O IFC ajudou a desenhar não só o congresso do contestado, mas a IV Semana do Contestado de Caçador, transformando a ação em um evento de caráter regional e estadual, como objetivava os recursos da chamada. A UNOESC também possui um papel nesta popularização evidenciado pelo trabalho e companheirismos de membros da equipe que abraçaram a causa, junto da UFSC e tantas outras instituições parceiras dos eventos.

Mais uma semana do contestado se constrói com as pessoas, vez que como dito anteriormente, esse foi um importante passo para a reunião de pessoas em torno da comunidade. Em 2019, a temática foi de meio ambiente, e sua preservação, em que muitos ensinamentos e afins se pautaram a ponto de revisitar conhecimentos populares e demais estruturas necessárias da comunidade. Para 2020, havia ações em rede e sistêmicas, como ciclo de oficinas e atividades extramuros, porém devido a cenário da pandemia, todas essas ações restaram prejudicadas em continuidade. Muito mais que uma relação meramente acadêmica, essas oficinas certamente mexeriam com o imaginário e o conhecimento popular, conectando a ciência com as ações e práticas para redução das desigualdades.

Para onde rumamos na continuidade, para este pensar de redução de desigualdades no contestado? Certamente o interesse deve ser muito além do que uma mera agenda, e sim um convite a comunidade a expressar anseios e vontades. O IF, é uma escola, como qualquer outra, com a estrutura adequada para cursos e formação profissional e tecnológica. No entanto, é no âmago de suas propostas legais que residem esse encontro: o de fomentar ações e cursos capazes de desenharem uma estrutura que esteja em acordo com os anseios locais.

Tem sido uma missão dificultosa a de construir uma agenda nesse sentido no Contestado, mas não pensamos em desistir nesse momento. Buscar agregar aqueles que se identificam com a causa, e com as temáticas que reduzem desigualdades, é um importante passo a ser consolidado nas agendas de relações e contatos seja da administração e afins.

Como disse um autor, o contestado continua lá e aqui. Portanto é preciso olhar para essas incongruências históricas e construir a partir daí uma relação íntima com o desenvolvimento. Esse desenvolvimento está longe da visão gourmet de inovação ou desse desenvolvimento pelo capital. A partir daí se discute uma inovação social que remonta a necessidade de reconhecer saberes e competências e que dessa forma trata de gerar identidade àqueles desprovidos de capital e esperança.

Essa é a função dos IFs na redução das desigualdades, uma delas aliás. Dito isso devem se somar a essa luta todos aqueles que veem alguma coisa disforme na sua

comunidade e em si mesmo. Com isso fica o convite a reflexão de construir uma região, uma cidade, um bairro, uma comunidade em que estamos inseridos, e o papel transformador individual somado os grupos, revela uma máxima: juntos podemos.

O Contestado vive e nós, que vivemos nele, dele, sigamos juntos pela redução das desigualdades.

Este livro é uma coletânea de artigos científicos e relatos de projetos produzidos recentemente pelos pesquisadores das instituições públicas que formam a Rede de Educação, Ciência e Tecnologia do Contestado e colaboradores. Esta rede visa a ampla divulgação e popularização da ciência. Os textos deste livro entremeiam um debate interdisciplinar, de forma a reconfigurar narrativas sobre o espaço cultural, sócio-ambiental e histórico-geográfico do Contestado. A emergência destes estudos e ações, que trazem diversas linhas de abordagens dos processos que se configuraram neste território, são fundamentais para romper com a invisibilidade e o abandono da cultura cabocla. Os 21 capítulos proposto mostram o desenvolvimento regional das ciências aplicadas, da educação e das políticas públicas, sobretudo, enfatizam os aspectos culturais e conflitos que permeiam o Contestado. Por fim, este livro pretende atender a demanda por leituras sobre o contexto atual de pesquisa e extensão na região do Contestado. Agradeço imensamente pela sensibilidade da artista Maní e pela aquarela “Maria Rosa do Contestado” que ilustra a capa deste livro.

William Douglas Gomes Peres (IFSC/Caçador)

## PREFÁCIO

**Márcia Janete Espig**  
(UFPel/Pelotas)

**Márcia Elisabete Schüler**  
(IFC/Videira)

### O CONTESTADO VIVE! A FORMAÇÃO DE UMA NOVA IRMANDADE CABOCLA

O movimento do Contestado, guerra civil que incendiou um vasto território localizado entre os estados de Santa Catarina e Paraná, foi um acontecimento histórico sangrento, marcante, traumático. Traumático, sobretudo, para a população pobre que nele lutou, muitas vezes descrita como população cabocla. Quando falamos sobre os caboclos do Contestado, não nos referimos à cor de pele, a uma etnia ou a grupos humanos miscigenados, mas queremos significar o termo “caboclo” para a descrição de indivíduos que possuem um tronco cultural em comum. Mais do que um tipo físico, um tipo cultural. E no caso da região Contestada, pensamos o caboclo imerso em uma cultura de profunda devoção religiosa; de crença em São João Maria; de respeito pela natureza; de acolhimento; de fortes laços comunitários. Parte dos migrantes vindos de outras regiões do país, ou mesmo imigrantes, “acaboclarão-se”, ou seja, vivenciaram e tomaram para si esse modo de ser e de viver. Uma vida simples, mas bela em muitos de seus preceitos. Através desse modo de pensar, durante a Guerra uniram-se em fraternidade e comunidade, em torno da Santa Religião, onde todos eram “irmãos e irmãs” e onde “quem tem mói, e quem não tem mói também”. Naquele momento de conflito, essa forma de pensar o mundo não foi bem aceita por uma cultura elitista e urbana, tendo sido descrita de maneira preconceituosa através de jornais e outras narrativas.

Os primeiros julgamentos vieram logo após sua primeira reunião em Taquaruçu, junto ao Monge José Maria. O jornal Folha do Comércio, de Florianópolis, em setembro de 1912, considerava que a junção dos sertanejos seria produto de sua extrema “ignorância”, causada pela “falta de escolas” e “abandono”. Essa forma de pensar aparece em muitos periódicos, sendo os caboclos continuamente avaliados. Nesse primeiro momento, a principal acusação é a de ignorância ou, como diziam alguns, “falta de cultura”, ou inclusive “espíritos atrasados”.

Os epítetos preconceituosos permaneceram e se ampliaram à medida que a Guerra evoluiu. Aquele primeiro momento, de reunião e comunhão fraterna, evoluiu para uma postura de autodefesa, primeiramente na Batalha do Irani, e posteriormente nas Cidades Santas, que passaram a se organizar no final de 1913. Os ataques por parte das forças oficiais, constituídas pelas Forças Públicas do Paraná e de Santa Catarina, pelo Exército Nacional e por vaqueanos ligados aos coronéis da região, dizimaram mulheres, crianças e idosos, gerando a revolta dos caboclos, personagens historicamente espoliados pelo

sistema capitalista que se impunha.

A partir desses acontecimentos, e da reação às inúmeras violências sofridas, o sertanejo passou a ser avaliado mais duramente e os adjetivos passaram a ser mais cruéis. O mesmo jornal anteriormente citado, em dezembro de 1914 vai chamar os rebeldes de “bandidos” e “salteadores vulgares”. Aliás, “bandidos” e “jagunços” são dois dos termos mais comuns para descrevê-los, e repetem-se em inúmeras fontes históricas que falam sobre o Movimento. Além dos jornais, podemos citar livros escritos por militares que participaram da repressão e que usam termos semelhantes.

Para se ter uma ideia, o primeiro tenente Herculano Teixeira d’Assumpção, que chegou à região em 1915, afirmou que os moradores locais eram pouco trabalhadores, além de bárbaros, selvagens, bandidos, chegando a chamá-los de “monstros”. Em livro publicado em 1917, afirmou que ali vivia “[...] uma população numerosa, sem o mínimo resquício de sentimento humano...” O mesmo tom foi empregado em documentos produzidos no calor da hora, tais como Autos de Perguntas e Inquéritos realizados com rebeldes capturados ou que se apresentaram às forças legais. Nessa documentação, foram chamados de “tipos torpes, bandidos e gatunos”, bem como “vagabundos da pior espécie”. Termos semelhantes são encontrados em outros materiais, tais como relatórios ou partes de combates. Facínoras, jagunços, bandidos, alucinados, hediondos... Termos fortes e injustos, ao descrever uma população que estava a defender seu chão, sua família e sua cultura.

Por muito tempo, essa terminologia persistiu em boa parte dos livros produzidos sobre o Contestado. Até os dias de hoje, eventualmente encontramos obras que tratam os rebeldes por “jagunços” ou, o que é mais comum, por “fanáticos”. Dentro da maior parte das obras acadêmicas, contudo, esses termos não somente foram abandonados, mas também criticados. Hoje, não faz sentido tratar os caboclos ou sertanejos do Contestado por palavras elitistas ou arrogantes. Combater esse tipo de preconceito tem sido uma batalha travada por historiadores, sociólogos, antropólogos, geógrafos, folcloristas, agentes culturais, dentre outros estudiosos contemporâneos. A percepção atual acerca da legitimidade da luta sertaneja e sobre a riqueza cultural daquelas populações traz contornos positivos à memória e à identidade dos homens e mulheres, moradores atuais do ex território Contestado.

Com todas as arbitrariedades sofridas, não apenas no campo de batalha, mas também no campo simbólico, não causa estranheza que por muitas décadas o Contestado tenha sido um assunto tabu no próprio local que em que ocorreu. Logo após a destruição do reduto de Santa Maria, que geralmente assinala o final do movimento, houve na região aquilo que o pesquisador Maurício Vinhas de Queiroz chamou de “fase do açougue”. A expressão é autoexplicativa, e designa um momento em que a maior parte das forças militares se retirou, deixando a cargo de alguns piquetes o trabalho de “limpeza”, quando parte dos rebeldes restantes foram caçados e assassinados impiedosamente. Era necessário, então, para própria sobrevivência física, não falar sobre a Guerra, esconder-se, negar proximidades. Soma-se a isso toda a carga representada pelo uso de termos e expressões que analisamos mais acima: fanáticos, bandidos, jagunços... Esse

processo, em conjunto, causou um retraimento das memórias, das narrativas sobre as vivências, da fala sobre o trauma causado pela Guerra. Tudo isso deveria, forçosamente, ser reprimido no campo do pensamento. E assim viu-se o silenciamento do caboclo, a violência simbólica, o represamento das experiências vividas, a impossibilidade de falar sobre o passado. Mas essas memórias estavam lá, e calavam fundo. Em grupos íntimos, familiares, esse lembrar era possível, senão necessário. Em público, porém, jamais se assumir “jagunço”, não relembrar as cidades santas, nem a experiência de vida igualitária e comunitária.

Por décadas persistiu esse silenciamento na região. Aos poucos, porém, diferentes tipos de ações foram alterando esse quadro. Pesquisadores e estudiosos, interessados em historiar o período da Guerra, começaram a percorrer tais espaços. Além dos documentos escritos, buscavam os testemunhos orais, as falas, memórias e lembranças dos remanescentes do movimento, ou de seus descendentes. A esse interesse o caboclo respondeu ressabiado, por vezes preocupado. Afinal, não poderia ser esse pesquisador um sucedâneo daqueles que o alcunhavam bandido? Não seria também um representante daquela cultura elitista, preconceituosa, responsável por uma violência física e simbólica de tamanho difícil de ser mensurado?

Certamente esse não foi um processo fácil para os caboclos. Aos poucos, contudo, o interesse vindo de fora da região foi sendo percebido como legítimo, trazendo um lembrar sobre o passado. Em certo sentido, os pesquisadores reafirmavam aos remanescentes do conflito a importância de seu protagonismo durante a Guerra. Reafirmavam seus marcos identitários, desejavam saber sobre as Cidades Santas, se interessavam pelos personagens que lá viveram, valorizavam sua fé no Monge e na natureza. Esse movimento teve início pelas décadas de 1950 e 1960, e continua ativa até os dias de hoje. Se já não temos remanescentes vivos de uma guerra mais que centenária, temos seus descendentes, suas memórias familiares, indiretas mas não menos importantes. E a fé no Santo Monge, essa persiste, e se materializa em cruzeiros, capelas, águas santas, ermidas, cavernas, grutas... Continua a fascinar pesquisadores de variadas áreas de conhecimento, além de artistas, cineastas, dramaturgos, entre muitos outros.

Nesse processo de positivação da memória, o poder público também teve sua importância. Em nível estadual, nas décadas de 1980/1990 o governo catarinense passou a celebrar a riqueza da história contestada. Destacando o protagonismo dos caboclos, símbolo da “luta dos pequenos” frente a injustiças sociais e políticas, o estado estimulou estudos, publicações, vídeos, além da implantação de marcos e placas em locais significativos, tais como espaços onde ocorreram batalhas ou existiram Cidades Santas. Essas ações refletiram uma guinada do discurso oficial. Os homens e mulheres do Contestado passavam de bandidos a heróis, defensores do solo Contestado frente a forças espoliativas. Outra iniciativa importante foi a construção do Parque Temático do Contestado, em Irani, no local em que ocorreu a famosa Batalha. Embora o projeto inicial não tenha sido realizado em sua totalidade, serviu para promover a preservação daquele sítio, criando um local de memória educativo para as novas gerações. Em 2001, a bandeira

do Contestado foi reconhecida oficialmente pelo governo estadual como símbolo regional do Estado de Santa Catarina, podendo ser hasteada em eventos oficiais. No ano seguinte, outra lei instituiu a Semana do Contestado, a ser lembrada anualmente, entre os dias 20 e 27 de outubro.

Outros grupos sociais, mais ou menos na mesma época, também dedicavam atenção ao conflito e o transformavam em referência. Em 1986 a região de Taquaruçu recebeu a Primeira Romaria da Terra em Santa Catarina, ligada a diferentes grupos sociais, tais como as Comunidades Eclesiais de Base e as pastorais operárias. Diferentes símbolos e referências relacionadas ao Contestado passaram a ser apropriadas por diversos movimentos sociais contemporâneos, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra.

Toda essa agitação, de reconstrução identitária, de positivação de memórias e de reposicionamento histórico dos personagens do Contestado não estaria completo se não houvesse um forte movimento interno, nas comunidades, entre as populações descendentes dos caboclos. Não temos aí um processo único ou combinado, mas diferentes processos ocorrendo em várias cidades que compõem hoje a região outrora contestada. E nesse ponto devemos lembrar a ação de homens e mulheres que, cada qual em sua comunidade, fizeram e ainda fazem a diferença ao promover a rememoração acerca do conflito por diferentes vias. São muitas experiências, várias delas ainda em movimento, em locais como Caçador, Lebon Régis, Fraiburgo, Calmon, Matos Costa...

Sendo impossível citar aqui todas esses experimentos e todos os agentes culturais envolvidos, pensamos homenagear a todos e todas na pessoa de um de seus precursores, o falecido folclorista Vicente Telles, um ativista que fez da sanfona sua arma e recompôs a história e a memória sobre o Contestado na região de Irani. Participou da idealização do Parque Temático do Irani, incentivou o ensino escolar e a rememoração através de dramatizações, declamações e música. Encheu os olhos e os corações em sua comunidade. Vemos hoje movimentos variados, cada qual com sua especificidade, mas que buscam, em cada local, objetivos semelhantes: o resgate da identidade cabocla, a positivação dessa identidade, e o repensar sobre as dolorosas memórias acerca da Guerra do Contestado.

Em meio a esse percurso, surge um importante evento, que dialogou não apenas com a produção acadêmica sobre o Contestado, mas também com as iniciativas de resgate cultural acima mencionadas. O Primeiro Congresso Nacional do Contestado, ocorrido em junho de 2019, teve lugar em Caçador e acolheu a comunidade local de maneira inédita.

Este evento foi possível graças ao trabalho comum e em rede, a partir do convite feito pelo Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) para que o Instituto Federal Catarinense (IFC) participasse através de seu projeto de extensão Núcleo de Estudos do Contestado (NEC) da criação, construção e execução da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia onde teria lugar um evento acadêmico abordando a ciência para redução de desigualdades e tendo o Contestado como foco de debate.

Os Institutos Federais no Brasil surgem distribuídos em eixos congruentes às demandas regionais onde são implantados e são apoiados no tripé baseado em ensino,

extensão e pesquisa. Entre os anos de 2007 a 2012, várias unidades do IFSC e do IFC foram implantadas no Contestado Catarinense, em locais como Canoinhas, Videira, Caçador, Fraiburgo, Luzerna, dentre outros. O projeto de extensão NEC tem ações voltadas ao estudo da Guerra do Contestado, com atividades consolidadas desde 2013.

Quando o NEC aceitou arregaçar as mangas e compor a organização, começava a se formar novamente a irmandade no mundo caboclo, nele e a partir dele. Outras instituições, como a comunitária Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC) foram chamadas e aceitaram o convite desafiador de trazer pela primeira vez um evento acadêmico deste porte para terras contestadas. Também o NEC ganhou fôlego com a introdução de novos membros externos que ajudaram e ajudam a solidificar aquilo que se lançou como proposta entre as instituições.

Muito se fala do Contestado fora de seu território e a conquista foi trazer pesquisadores importantes, estudantes de todos os níveis para apresentar trabalhos, debater e ouvir e ainda incorporar ao evento acadêmico as comunidades, líderes locais e pessoas envolvidas no resgate da cultura cabocla, na memória do Contestado.

Todos os que já tiveram a rica experiência de estar em meio ao povo caboclo do Contestado sabem sobre o espírito de irmandade e partilha que norteia a vida dessas pessoas. O fazer comunitário é traço fundante da cultura cabocla desde o modo de vida herdado das nações indígenas nativas, aos redutos de resistência durante a Guerra até a formulação e concretização deste Primeiro Congresso Nacional do Contestado, cujo resultado acadêmico podemos atestar nesta publicação, recheada de contribuições as mais diversas.

Foram 23 pesquisadores que produziram resultados, provocações, relatos de ações sobre o tema em mesas temáticas, 79 trabalhos acadêmicos inscritos para avaliação e público de 1200 pessoas circulando pelo congresso. Colaboraram com o mesmo vinte instituições nacionais, além de pesquisador internacional vinculado à ONU.

A presente obra é um dos muitos frutos decorrentes desse memorável encontro. Dos artigos aqui publicados, 15 foram apresentados no congresso, e os demais 6 trabalhos surgem a partir da rede de relações acadêmicas então constituídas ou reforçadas.

Sotaques e gentes de vários rincões se achegaram ao evento, interessadas em nossa história, o que demonstra que o Contestado é maior que nós mesmos... O Contestado vive.

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
BANDA CABOCLOS REBELDES: A IDENTIDADE DO CONTESTADO EM CONCERTO	
Eduardo do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.4492003081	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>9</b>
MEMÓRIA DO COMBATE DE RIO DAS ANTAS: DESCOBRINDO VESTÍGIOS SOBRE A TRINCHEIRA DOS COLONOS	
Márcia Janete Espig	
Gerson Witte	
DOI 10.22533/at.ed.4492003082	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>21</b>
A GUERRA DO CONTESTADO E A LEI DE TERRAS IMPERIAL: UM ESTUDO DE CASO DA FAZENDA FIGUEIREDO (LAGES, 1855-1917)	
Flávia Paula Darossi	
DOI 10.22533/at.ed.4492003083	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>34</b>
CONTENDAS ENTRE CATOLICISMO POPULAR E CATOLICISMO ORTODOXO NO CONTESTADO	
Cleber Duarte Coelho	
DOI 10.22533/at.ed.4492003084	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>49</b>
A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NA CIDADE DE CAÇADOR	
Andrea Alves Cavalet	
Hillevi Maribel Haymussi	
DOI 10.22533/at.ed.4492003085	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>59</b>
DINÂMICA TERRITORIAL NO CONTESTADO: UMA APROXIMAÇÃO ENTRE PARANÁ E SANTA CATARINA	
Diane Daniela Gemelli	
Silas Rafael da Fonseca	
DOI 10.22533/at.ed.4492003086	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>69</b>
DEZ ANOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA EM CURITIBANOS	
Cristhiane Martins Lima Kreusch	
Renata Marafon	
DOI 10.22533/at.ed.4492003087	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>81</b>
A CONTRIBUIÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DO PARQUE RIO DO PEIXE PARA A PRESERVAÇÃO DA HISTÓRIA E MEMÓRIA DA GUERRA DO CONTESTADO	
Marcia Garbin	
Mariana Di Domenico	
Bianca De Bortoli	
Amanda Zago	
Juliana Aparecida Biasi	
DOI 10.22533/at.ed.4492003088	

<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>91</b>
COTIDIANO E MOVIMENTO OPERÁRIO EM RIO NEGRINHO: CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA NA REGIÃO DE FRONTEIRA COM O CONTESTADO - (1919-1982)	
<a href="#">Fernando Henrique de Almeida</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4492003089</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>102</b>
MEMÓRIAS DO CONTESTADO EM SALA DE AULA: UMA EXPERIÊNCIA COM O 1º ANO DO ENSINO MÉDIO	
<a href="#">Gerson Luiz Buczenko</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44920030810</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>109</b>
EXTENSÃO COMO ANIMAÇÃO DE PROCESSOS SOCIAIS: A EXPERIÊNCIA COM O ARTESANATO NO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS-SC	
<a href="#">Cleber José Bosetti</a>	
<a href="#">Zilma Isabel Peixer</a>	
<a href="#">Juliana Golin Krammes</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44920030811</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>119</b>
PROPRIEDADES TOMADAS, PROPRIEDADES INCENDIADAS, VIDAS APAGADAS!	
<a href="#">Viviani Poyer</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44920030812</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>130</b>
A RESISTÊNCIA, O SINCRETISMO RELIGIOSO E O PAPEL DE SALVAGUARDA DA MEMÓRIA DO CONTESTADO NAS BENZEDEIRAS DA REGIÃO DO CONTESTADO NO SÉCULO XXI (2000-2018)	
<a href="#">Flávia Rhafaela Pereira</a>	
<a href="#">Silvio dos Santos</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44920030813</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>142</b>
SÍNTESE VERDE DE NANOPARTÍCULAS DE PRATA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	
<a href="#">William Gustavo Sganzerla</a>	
<a href="#">Ana Letícia Andrade Ferreira</a>	
<a href="#">Cleonice Gonçalves da Rosa</a>	
<a href="#">Ana Paula de Lima Veeck</a>	
<a href="#">Michael Ramos Nunes</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44920030814</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>156</b>
ENTRE REPETIÇÕES, CONSENSOS E CONTRASENSO: UMA POSSÍVEL TRAJETÓRIA DE JOSÉ MARIA ATRAVÉS DA HISTORIOGRAFIA SOBRE A GUERRA DO CONTESTADO (? – 1912)	
<a href="#">Gabriel Carvalho Kunrath</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44920030815</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>166</b>
NAS ENTRELINHAS DO PROCESSO JUDICIAL: O ASSALTO AO TREM PAGADOR	
<a href="#">João Felipe Alves de Morais</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44920030816</b>	

<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>176</b>
TABULEIRO DA ORTOGRAFIA: ESTRATÉGIA DE ENSINO-APRENDIZAGEM POR MEIO DE JOGO EDUCATIVO PARA O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA	
David Ferreira Severo	
Bianca Gonçalves Sousa de Moraes	
Diogo Moreno Pereira Carvalho	
Marta Ferreira da Silva Severo	
Patricia Frangelli Bugallo Lopes do Nascimento	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44920030817</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>189</b>
GUERRA, FOME E GENOCÍDIO: A SECA DA TAQUARA E O EXÉRCITO NO ENCALÇO DOS CABOCLOS DA REGIÃO DO CONTESTADO (1910-1923)	
Delmir José Valentini	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44920030818</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>213</b>
A CARTOGRAFIA NA FRONTEIRA SUL DO BRASIL: RIO BRANCO E OS LIMITES ENTRE BRASIL E ARGENTINA (1889-1895)	
Michel Felipe Moraes Mesalira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44920030819</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>225</b>
O LEGADO DE UM CONFLITO: A HERANÇA DO CONTESTADO PARA A REGIÃO MEIO OESTE CATARINENSE	
Tatiana Bruna Fabian	
Tulainy Parisotto	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44920030820</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>236</b>
O PATRIMÔNIO CULTURAL RELIGIOSO DE SÃO JOÃO MARIA EM SÃO MATEUS DO SUL/PR	
Alcimara Aparecida Föetsch	
Mário Sérgio Deina	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44920030821</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>252</b>
A REVOLTA DO CONTESTADO E O PASSADO QUE NÃO PASSA: NACIONALISMO, ABJEÇÃO E CONTEMPORANEIDADE	
Lucas Emmanoel Cardoso de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44920030822</b>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>262</b>

## EXTENSÃO COMO ANIMAÇÃO DE PROCESSOS SOCIAIS: A EXPERIÊNCIA COM O ARTESANATO NO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS-SC

**Cleber José Bosetti**  
(UFSC/Curitibanos)

**Zilma Isabel Peixer**  
(UFSC/Curitibanos)

**Juliana Golin Krammes**  
(EPAGRI/Curitibanos)

**RESUMO:** Esse artigo faz uma reflexão metodológica acerca do papel da extensão enquanto mecanismo de animação de processos sociais a partir da experiência realizada com a organização e fortalecimento do grupo de artesãos do município de Curitibanos, na região do Planalto Serrano de Santa Catarina. O trabalho, realizado por uma parceria entre a Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC e a Empresa de Pesquisa e Extensão Rural de Santa Catarina-EPAGRI, teve como ponto de partida a identificação dos agentes sociais no decorrer de uma atividade de um projeto de agricultura urbana. Em seguida foi feita a mobilização do grupo de artesãos urbanos e rurais do município a fim de conhecê-los e identificar suas demandas. A metodologia do trabalho foi baseada na participação dialógica, inspirada em Paulo Freire, bem como na perspectiva de animação de processos através da interação de grupo. Os resultados alcançados foram a integração de um grupo que se encontrava disperso, sua inclusão econômica na feira e sua estruturação organizativa formal, tendo em vista a consolidação de um espaço no Mercado Público Municipal.

**PALAVRAS-CHAVE:** artesanato, extensão, animação de processos.

### 1 | INTRODUÇÃO

O extensionista é um andarilho que caminha por estradas tortuosas e interligadas por pequenas encruzilhadas. Em sua caminhada, não pode dar-se o luxo de vagar distraidamente pela via principal, pois o que acontece nas encruzilhadas, por vezes, é onde se encontra o chamado para a realização do seu ofício. Mesmo possuindo um mapa ou GPS, tal como um bom viajante o faz para otimizar e objetivar o caminho a ser percorrido, o extensionista precisa carregar consigo a capacidade de lançar sobre o horizonte um olhar panorâmico. Este lhe possibilita captar os movimentos que se passam nos arredores daquilo que ele havia mapeado. Além disso, uma cartilha de improviso é sempre bem vinda, pois é previsível a presença do inesperado em alguma encruzilhada.

A experiência extensionista com o grupo de artesãos de Curitibanos-SC, que será analisada neste trabalho, nasceu em uma dessas encruzilhadas. O trabalho extensionista que estávamos realizando, portanto, nossa via principal, era a construção de estratégias de implantação da agricultura urbana com famílias em condições de vulnerabilidade social. Tratava-se de um projeto de extensão denominado “agricultura urbana em rede:

produção e cooperação” do Centro de Ciências Rurais-CCR da Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC. Nesta caminhada, percebemos algumas expertises em termos de artesanato em algumas das mulheres com as quais trabalhávamos. Isso nos fez olhar para a encruzilhada do artesanato, na qual notamos a presença de uma grande diversidade de agentes sociais e habilidades latentes. Decidimos então entrar nessa encruzilhada e logo ela se tornou uma via ampla de possibilidades e ações a serem realizadas, especialmente através da mobilização de agentes e processos sociais, tendo em vista o horizonte do desenvolvimento socioeconômico e humano.

Assim, o objetivo desse artigo é discutir o *metier* do extensionista enquanto agente responsável pela animação de processos sociais que são fundamentais para se construir e alavancar estratégias de desenvolvimento para diferentes grupos sociais. Para refletir sobre o papel do extensionistas vamos observar a ação desenvolvida junto ao grupo de artesãos do município de Curitiba desde a identificação dos agentes sociais até a (re) organização de um grupo formal com o intuito de fortalecer os mecanismos de inserção econômica dos mesmos no mercado municipal e regional.

## 2 | EXTENSÃO COMO ANIMAÇÃO DE PROCESSOS

A ação extensionista, nos mais diversos espaços de atuação, por muito tempo pautou-se nos processos sociais de transferência de tecnologia de um determinado campo social para outro. Nisso, a instrumentalização metodológica pautava-se nos mecanismos de difusão e eficiência dessas transferências (ROGERS, 1983). Porém, as análises dessas experiências demonstraram que tal perspectiva era seletiva e não conseguia auxiliar parte significativa dos agentes sociais devido à diversidade sociocultural e econômica dos mesmos (FREIRE, 1983; MORAES, 2018). Com isso, as concepções teóricas e metodológicas que orientam o extensionismo ampliaram seu escopo e passaram a enfatizar a mobilização de agentes e processos como uma de suas ferramentas fundamentais.

Desde a década de 1980 vários teóricos passaram a trabalhar na reconstrução da concepção de extensão. Isso foi feito com o intuito de torná-la mais aderente aos grupos sociais mais necessitados, bem como ampliar o escopo de entendimento acerca da ação extensionista, antes restrita a materialidade tecnológica, para a pluralidade de processos nos quais a comunicação e as estratégias metodológicas participativas são um dos eixos fundamentais (FREIRE, 1983; CHAMBERS, 1994; CAPORAL, COSTABEBBER, 2007; DIESEL, 2012). Em linhas gerais, as discussões teóricas conduzidas por esses pensadores ampliaram o horizonte de mediação das ações extensionista.

Um dos papéis essenciais da extensão, na atualidade, é facilitar as interações e nutrir as sinergias dentro de um sistema vasto de informações que envolvem os agentes sociais e as instituições de um modo geral (NEUCHATEL GROUP, 1999 p.11). Uma vez que a sociedade contemporânea está pautada de forma cada vez mais intensa pelos processos informacionais (CASTELLS, 2007) a mediação dos mesmos através de formas interativas adquire uma importância fundamental, na medida em que as diferenças socioculturais e

econômicas dos agentes sociais fazem com que estes tenham sintonias diferenciadas com os processos macrossociais e, portanto, demandam de mediações para fortalecer suas capacidades de desenvolvimento (SEN, 2010).

Dessa forma, uma das questões colocadas para o extensionismo na atualidade é a animação de processos sociais, isto é, a mobilização de agentes sociais com o intuito de fortalecer o empoderamento e emancipação dos mesmos (FREIRE, 1983; KUMMER, 2007; BRASIL, 2010). Neste sentido, a animação constitui-se como um conjunto de estratégias pedagógicas pelas quais se mobilizam os agentes sociais para que estes se motivem a construir estratégias próprias, individuais e coletivas, de emancipação em relação à condição em que se encontram no mundo social, econômico, político e cultural.

O sentido filosófico da animação pode ser encontrado na concepção aristotélica para a qual a alma constitui-se como a substância do corpo, isto é, como a força que realiza as capacidades do corpo e concretiza, dessa maneira, o ato de viver (ARISTÓTELES, 2012). Nesta perspectiva, animação refere-se aos processos psíquicos que compõem a alma, nos quais podemos destacar a motivação, a vontade, a disposição, entre outros, para efetivar a vitalidade das coisas possíveis no âmbito do ser. Embora esses aspectos possam ser entendidos como imanentes a cada indivíduo, por vezes, é preciso estimulá-los através da interação social.

Assim, extensão como animação de processos sociais está ancorada na percepção de que os agentes sociais, devido às diferentes experiências de vida, demandam de aportes para realizarem-se enquanto sujeitos sociais. No caso da extensão, esses aportes podem ser técnicos, organizacionais, motivacionais, sociais e, por vezes, presenciais, no sentido de estar presente para acompanhar a caminhada do outro.

Os processos de animação social estão ancorados nas metodologias participativas, isto é, na utilização metodológica de ferramentas pautadas no diálogo e na participação dos agentes envolvidos de maneira a construir coletivamente as soluções e decisões inerentes ao processo em questão (FREIRE, 1983; KUMMER, 2007). O uso das Metodologias Participativas demanda habilidades técnicas, organizacionais, sociais (intrapessoal e interpessoal) por parte dos agentes mobilizadores, bem como atitudes como sensibilidade, criatividade e capacidade de síntese na organização das ideias e propostas elaboradas durante as discussões (KUMMER, 2007; MARINHO, 2015). Além disso, é fundamental a sinergia criada pelo grupo de trabalho em que valores como a solidariedade, a confiança e a alteridade estejam presentes.

A experiência extensionista com o grupo de artesãos da cidade de Curitiba-SC buscou ancorar-se nesses princípios teóricos metodológicos e pode ser caracterizada como uma ação de mediação para a animação social de um processo de organização socioeconômica dos artesãos do município. A seguir, descreveremos os passos percorridos até então pelo trabalho a partir de uma rede de cooperação que construímos para auxiliar o grupo de artesãos/artesãs de Curitiba.

### 3 | REFLEXÕES SOBRE O ARTESANATO

Antes de entrarmos nessa rede, é importante compreendermos os fios que compõem a urdidura, base dessa rede. A questão do artesanato nos remete a entender o perfil e as configurações do trabalho e formas de trabalho na sociedade contemporânea. Um dos fios amarra-se na divisão entre trabalho assalariado e trabalho não remunerado, cujas nuances se refletem no imaginário coletivo como trabalho produtivo e não produtivo. Essa polaridade está na base da formação da sociedade industrial, na qual se separa o trabalho assalariado de outras formas de trabalho não remunerado, entrelaçado com a separação entre trabalho industrial e manual (FEDERICI, 2019). É importante destacar que o trabalho assalariado coexistiu com diversas formas de trabalho escravo na formação dos Estados modernos e que no Brasil o trabalho servil/escravo foi forma predominante até o final do século XIX (SOUZA, 2018).

O artesanato enquanto processo social é engendrado nesse mesmo contexto e irá aparecer como espaço de produção econômica complementar, sobrevivendo à margem do que se considera como processos produtivos na organização social capitalista moderna. Em alguns casos, é visto como resquício de formas de produção ultrapassadas e sem valor social/econômico. A esse padrão também se alia o perfil de gênero, no qual o artesanato é em geral realizado por mulheres e, em sendo considerado um saber/fazer feminino numa sociedade patriarcal, torna-se subvalorizado.

Outro fio dessa tessitura trama-se na divisão entre trabalho criativo e trabalho manual, essa divisão é incorporada na separação entre artesanato e trabalho manual. Perguntas como o que é e o que não é artesanato são constantes. Essas perguntas denotam a compreensão do artesanato/trabalho manual pelo olhar do mercado e não pelo olhar das pessoas nos processos e estratégias de vida. Podemos observar a produção artesanal também como espaços de resiliência humana. O padrão na sociedade atual é a divisão entre trabalhador e o produto final do trabalho. Neste sentido, o artesanato subverte essa ordem, pois seu princípio edificador é a autoria e o controle de todo o processo de trabalho.

Mais recentemente o artesanato é valorizado na economia do turismo, no qual destaca-se a capacidade de geração de renda e de emprego, sendo um elemento importante na definição de programas e projetos de sustentabilidade (SILVA, 2006)

Essas diversas nuances dos fios que tecem a rede também formam a normatividade da legislação brasileira sobre Artesanato. A Lei Federal nº. 13.180 de 22 de outubro de 2015 define a profissão de artesão e é complementado pela Portaria nº. 1007 - SEI de 11 de junho de 2018, que institui o programa de artesanato brasileiro. Ambas definem a atividade e profissão de artesão vinculado a autonomia, criatividade e identidade cultural, como bem expresso no Art. 8º da Portaria nº 1007:

Art. 8º Artesão é toda pessoa física que, de forma individual ou coletiva, faz uso de uma ou mais técnicas no exercício de um ofício predominantemente manual, por meio do domínio integral de processos e técnicas, transformando matéria-prima em produto acabado que expresse identidades culturais brasileiras. (BRASIL, 2018)

É a referência a autonomia, a criatividade e identidade cultural que fará a tênue separação entre o que é artesanato e o que é única e exclusivamente trabalho manual. Esse mesmo artigo ressalta como não sendo artesanato aquele produto resultante de i) atividade industrial com uso predominante de máquinas e produção em série; ii) trabalho manual não autoral com baixa qualidade na produção e no acabamento; iii) domínio de parte do processo produtivo.

Aqui temos como exemplo perfeito dessa diferenciação os panos de louça ou outros trabalhos com modelagens padronizadas. Esse é um ponto delicado, que induz a valorização hierárquica entre artesanato e trabalho manual, ao ampliar o olhar para estratégias de sobrevivência econômicas ambos são resultados do trabalho humano. E isso é um complicador na formação e estruturação de grupos/associações de artesanato. Observa-se que cada grupo ao se instituir busca criar uma identidade específica, sendo o primeiro delineamento a definição do que será considerado artesanato e/ou trabalho manual pelo grupo. É a partir dessa urdidura que observamos a rede sendo tecida e que irá conduzir o trabalho extensionista.

#### **4 | RELATOS DE EXPERIÊNCIA**

Na caminhada das atividades do projeto de extensão universitária “agricultura urbana em rede: produção e cooperação”, realizado por professores do Centro de Ciências Rurais-CCR da Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC durante o ano de 2019, encontramos algumas mulheres que realizavam trabalhos artesanais. Vimos que alguns desses trabalhos tinham um potencial para serem comercializados e quiçá gerar renda para as famílias. Isso nos aproximou de outras pessoas que também lidavam com o artesanato na cidade e possibilitou-nos tecer os primeiros pontos de uma rede que foi se ampliando a partir da entrada de novos integrantes em um grupo criado nas redes sociais.

A partir do momento que percebemos que havia um número significativo de pessoas que se identificavam como artesãos e artesãs no grupo, buscamos uma parceria com a Empresa de Pesquisa e Extensão Rural de Santa Catarina-EPAGRI. O primeiro movimento foi unir as pessoas, conhecê-las e começar a formação do grupo. Essa ação foi impulsionada pela possibilidade de um local para comercialização de artesanato no novo mercado público municipal. A articulação inicial foi feita por pessoas vinculadas a feira de agricultores familiares, com apoio da EPAGRI e UFSC.

Nesse primeiro encontro, realizado na Feira agroecológica coordenada pela COPER PLANALTO SUL, cooperativa dos agricultores familiares agroecológicos de Curitiba, podemos perceber a diversidade socioeconômica, demográfica e territorial dos artesãos/artesãs. Parte do grupo era formada por pessoas aposentadas que fazem artesanato/trabalho manual como atividade de ocupação e para complementar a renda familiar; outra parte tem o artesanato/trabalho manual como fonte de renda complementar no orçamento

familiar; há predominância de mulheres das áreas urbanas, porém, há artesãs/agricultoras. Nessa primeira conversa, o ponto importante era a identificação e o movimento de situar-se no grupo, delineado pelos relatos de experiências e dificuldades, sendo esse o fio condutor do encontro. Observando-se que havia um ponto identificador do grupo e interesse em desenvolver ações em conjunto, entre eles a perspectiva de uma sala futura no mercado municipal, o grupo assume o compromisso de participar da feira mensal dos agricultores locais.

Nas reuniões iniciais constatou-se que muitas pessoas faziam artesanato ou trabalho manual no município e, em momentos anteriores, tiveram uma associação de artesãos que, por motivos diversos, foi extinta. No contexto em que iniciamos as reuniões com os artesãos/artesãs, a condição dos mesmos em termos de grupo era de dispersão. Dessa forma, metodologicamente, decidimos conduzir a ação extensionista a partir da metodologia da animação/mobilização dos agentes sociais através de encontros conduzidos pelas metodologias participativas com os artesãos/artesãs do município de Curitiba. Dessa maneira, ouvi-los foi o primeiro passo que demos nessa estrada.

Ao tecer uma rede que envolve diversos agentes sociais aparecem os pontos de articulação, ou seja, agentes que participam de outras redes e que permitem interligar ações e objetivos. Assim, diante da presença desses agentes no grupo como a EPAGRI, a UFSC e a COPER PLANALTO SUL, organizações que participam da Feira da Agricultura Familiar de Curitiba, uma das deliberações desse encontro foi levar o artesanato para a feira mensal realizada pela cooperativa em caráter experimental. Outro objetivo discutido, em médio prazo, foi a reivindicação de um espaço para o artesanato no Mercado Público Municipal, já que as discussões sobre as regras de ocupação do mesmo estavam abertas naquele contexto.

O primeiro objetivo foi realizado de imediato, quando no mês de setembro de 2019 alguns artesãos participaram pela 1ª vez da Feira da Agricultura Familiar. A feira é promoção da COPER PLANALTO SUL, que realiza uma edição mensal, com foco criação de espaços e de proximidade entre os consumidores e a agricultura familiar. A participação dos artesãos/artesãs na feira foi concebida, nesse primeiro momento, como uma estratégia para dar visibilidade ao grupo, além de fortalecer a feira como um espaço da pluralidade de produtos produzidos e elaborados localmente.

A participação na feira propiciou a segunda reunião do grupo, com objetivo de avaliar a atividade e definir próximos passos. Na reunião de avaliação, além dos artesãos, também contou com a participação das instituições parceiras, a COPER PLANALTO SUL, entidade organizadora da feira, EPAGRI e UFSC. Na síntese da avaliação foi destacada que apesar das vendas não terem sido muito expressivas, a presença do artesanato foi vista como positiva, pois deu maior visibilidade à feira e aumentou a circulação de pessoas, o que fortalece o ambiente do circuito curto de comercialização pelas sinergias entre vendedores e consumidores. Outro aspecto que fez parte dessa auto avaliação foram as dúvidas levantadas acerca do que configura um produto como sendo artesanato.

Diante das dúvidas conceituais em torno do que é artesanato, foi realizada uma

reunião técnica para definir o conceito de artesanato para orientar as atividades seguintes do grupo. Dessa forma, conduzimos uma oficina denominada “O que é artesanato? coletivo em construção”, na qual, por meio de um processo pedagógico construtivista através das metodologias participativas, foram elencados os elementos estruturantes que definem a concepção de artesanato para o grupo, tendo como referencial a legislação brasileira.

Na oficina, partimos da problematização acerca do que é e do que não é artesanato. O grupo foi apontando ideias que foram sistematizadas em um cartaz com o intuito de se gerar um processo de reflexão. Em seguida, trabalhamos a concepção histórica e jurídica do artesanato no Brasil, a fim de ressaltar a importância do mesmo como saber e memória dos grupos sociais, do seu papel econômico, da valorização do trabalho humano e das identidades culturais. A partir dessas duas etapas, o grupo deliberou uma definição conjunta do que o grupo irá considerar como artesanato. Este aspecto foi de fundamental importância para o processo organizativo, tendo em vista as perspectivas presentes e futuras de comercialização dos produtos, bem como da identidade dos produtos e dos artesãos propriamente ditos.

Como resultado o grupo definiu de forma preliminar, artesanato como sendo o trabalho manual que envolve criatividade e autoria; cada peça é única. Podendo ser utilizado matéria prima da região in natura ou industrial. O grupo ressaltou que artesanato não é sinônimo de pouca qualidade ou de produção sem acabamento. Mas também ampliou o conceito de artesanato ao incluir como legítimo o processo de aprendizagem pela mídia (internet, revistas, televisão), não sendo, portanto, restrito aos saberes tradicionais, familiares e territorializados. Deste modo, no acordado como artesanato, incluíram-se trabalhos manuais customizados, como bordados, patchwork e outros, e não foi concebido como artesanato pelo grupo os produtos industrializados, serigrafia e outros similares, bem como produção de alimentos.

A definição do que é ou não artesanato é uma linha muito tênue, com muitas nuances. E o grupo propôs uma referência, que passou a orientar os critérios de inclusão para novos integrantes. Nessa mesma reunião também houve a sugestão de se criar uma comissão para avaliar os produtos e futuros integrantes. Portanto, nesse momento, o grupo avançou na concepção técnica do entendimento acerca do que é artesanato e fez disso um critério qualitativo para direcionar a constituição de uma organização formal em termos socioeconômicos.

Nesse mesmo encontro, ainda pensando no ano de 2019, foi construído junto com o grupo um plano de trabalho para a participação do artesanato na “Vila de Natal”, evento organizado pela prefeitura municipal de Curitiba para os eventos de Natal na cidade. Dessa maneira, auxiliamos o grupo a montar uma planilha de horários para a organização dos mesmos no que se refere à participação no referido evento. Além disso, foram escolhidas algumas pessoas para representar o grupo de modo ainda informal, enquanto avançam as reflexões sobre formação de associação, cooperativa ou núcleo de artesanato.

A terceira atividade realizada junto ao grupo de artesãos/artesãs foi a mobilização dos mesmos para a participação na reunião de apresentação das regras de distribuição

dos espaços do mercado público municipal, reunião esta realizada no dia 29/10/2019. Neste evento ficou definido um espaço sem taxa de locação para os artesãos, desde que estes se organizassem nas modalidades de pessoa jurídica como cooperativa ou associação. Essa reunião pode ser considerada um marco para o coletivo de artesãos, pois deu visibilidade e existência do grupo no diálogo com a prefeitura. Diante disso, as etapas seguintes do trabalho de mobilização, em médio prazo, constituíram-se nos estudos para a construção de uma organização formal capaz de garantir alguma coesão ao grupo, bem como fortalecer suas atividades e permitir aos mesmos acessar o mercado público municipal, já que esta última era uma demanda dos artesãos desde o início do processo de mobilização dos mesmos.

Em 2020, o 1º encontro do ano foi realizado em função de uma demanda levantada pelo grupo nos encontros anteriores: a emissão de nota fiscal por parte dos artesãos. Como o horizonte em médio prazo do grupo era o acesso ao Mercado Público Municipal, a emissão de nota fiscal ganhou relevância na perspectiva de comercialização dos produtos nesse mercado. Dessa forma, foram convidadas duas profissionais de ciências contábeis para esclarecer as dúvidas que o grupo possuía em relação a essa questão. Dada a diversidade do grupo, as conclusões tiradas do debate foram que a melhor estratégia é a utilização de diferentes formas de emissão de nota fiscal: para alguns artesãos, especialmente aqueles que não possuem outra atividade profissional formalizada, a alternativa de se abrir uma microempresa individual com a emissão da nota fiscal no formato microempreendedor individual-MEI foi vista como a mais adequada, pois permite comprovação de atividade econômica para fins de aposentadoria; para os que já são aposentados, a melhor alternativa foi entendida como a emissão de nota avulsa; para os agricultores/as a emissão da nota via Bloco do Produtor rural é o caminho mais adequado.

Na perspectiva, em médio prazo, continua em aberto o processo de organização formal do grupo. Devido à diversidade do mesmo, inclusive de objetivos, a busca pela formalização passou a ser tomada como elemento de coesão. Além de fortalecer o grupo enquanto organização social e econômica, a construção de uma organização formal é um passo indispensável para a ocupação do espaço no Mercado Público Municipal, afinal, este foi um dos eixos que tem aglutinado o grupo até momento. Demos início então a um estudo mais sistemático no sentido de construir, junto com alguns representantes do grupo, o melhor formato de organização formal tendo em vista os objetivos do grupo.

Importante destacar que ao longo da trajetória desse trabalho, conduzido pela UFSC e EPAGRI, o processo de animação social foi constantemente alimentado. O mecanismo de animação e mobilização foi o processo de comunicação via rede social, com o qual mantivemos a circulação de informações, eventos e possibilidades para o fortalecimento da coesão do grupo dentro dos objetivos identificados pelo mesmo.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nossa caminhada do projeto de extensão universitária “agricultura urbana em rede: produção e cooperação”, no ano de 2019, encontramos uma encruzilhada aberta às possibilidades de inovação social: o artesanato. Ao direcionarmos nossos olhares, e parte do nosso tempo, às demandas dos artesãos/artesãs que se encontravam dispersos pelo caminho, iniciamos uma etapa paralela dentro do projeto inicial que se pautou pela animação/mobilização dos artesãos do município para fortalecê-los enquanto grupo e potencializar suas capacidades de desenvolvimento social e econômico.

Inspirados nos fundamentos teóricos e metodológicos das perspectivas extensionistas que enfatizam o processo dialógico, construtivista e participativo, conduzimos os trabalhos de maneira a construir coletivamente o fortalecimento do grupo. Nessa caminhada, conseguimos reunir os artesãos/artesãs do município que estavam dispersos e sem articulação, e em ação conjunta foram levantadas as demandas, dificuldades e os objetivos em curto e médio prazo. Dessa articulação já houve a inserção dos mesmos na Feira da Agricultura Familiar e caminha-se gradativamente para a construção de uma organização formal para solidificar os avanços já alcançados, bem como para mirar os horizontes traçados pelo grupo em médio e longo prazo.

A partir de março de 2020, com a parada devido à pandemia do COVID-19, novos desafios e reflexões surgiram para o campo do artesanato. Com a quarentena, muitas demandas por produtos artesanais como as máscaras, por exemplo, ganharam visibilidade. Simultaneamente ganha força a reflexão sobre a estrutura econômica, que delinea a exaustão das atuais formas de produção, abrindo assim possibilidades para novas construções e formas organizacionais: economia circular, economia solidária, economia de Francisco e tantas outras. Estas apresentam um denominador comum de valorização do trabalho humano, de circuitos curtos de comercialização, de solidariedade. Nesse contexto a lógica artesanal tem muito a ensinar, pois tem em sua tessitura a valorização do saber, da capacidade de aprender, da sensibilidade, da criatividade, e da proximidade com o território, com o ambiente e com o fazer cultural.

Sabemos que o trabalho de organização e mobilização possui avanços e recuos, especialmente por se tratar de um grupo grande e caracterizado pela pluralidade, entretanto, os resultados já alcançados podem ser considerados um avanço significativo. Dessa forma, entendemos que o processo de animação/mobilização precisa continuar, ao menos até o grupo adquirir autonomia e emancipação, isto é, conseguir conduzir-se por conta própria.

## REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **De anima**. (Tradução Maria Cecília Gomes dos Reis). São Paulo: Editora 34, 2012.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural-PNATER**. Lei Federal n. 12.188, de 11 de janeiro de 2010.

BRASIL. **Portaria n. 1007** - SEI de 11 de junho de 2018. Institui o Programa do Artesanato Brasileiro, cria a Comissão Nacional do Artesanato e dispõe sobre a base conceitual do artesanato brasileiro. 2018.

BRASIL. **Dispõe sobre a profissão de artesão e dá outras providências**. Lei Federal n. 13.180 de 22 de outubro de 2015.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. 3.ed. Brasília, DF: MDA/NEAD, 2007.

CHAMBERS, R. The Origins and Practice of Participatory Rural Appraisal. **World Development**, v. 22, n. 7, p. 953-969, 1994.

DIESEL, V. **Extensão rural no contexto do pluralismo institucional**. Ijuí-rs: UNIJUÍ, 2012.

FEDERICI, S. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Ed. Elefante, 2019.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

KUMMER, L. **Metodologia participativa no meio rural: visão interdisciplinar, conceitos, ferramentas e vivências**. Salvador: GTZ, 2007.

MARINHO, C. M. Utilização de Metodologias Participativas nos processos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER): Fundamentos teórico-práticos. **Extramundo - Revista de Extensão da UNIVASF**, v. 3, n. 2, 2015.

MORAES, C. dos S. **Uma Revolução científica da extensão rural e a emergência de novo paradigma**. Curitiba: Appris, 2018.

NEUCHATEL GROUP. **Common framework on agricultural extension**. Paris: France, 1999.

ROGERS, E. **Diffusion of innovation**. A Division of Macmillan Publishing Co. New York, 1983.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, H. M. **Por uma teorização das organizações de produção artesanal: habilidades produtivas nos caminhos singulares do Rio de Janeiro**. FGV. Tese de doutorado em Administração, 2006.

SOUZA, J. **Subcidadania brasileira: para entender o país além do jeitinho brasileiro**. São Paulo: Ed LeYa, 2018.

# REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

 **Atena**  
Editora

Ano 2020

# REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 